

## **Adaptações pedagógicas e inclusão escolar: um relato de experiência no horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC)**

### **Pedagogical adaptations and school inclusion: an experience report in HTPC**

### **Adaptaciones pedagógicas e inclusión escolar: un relato de experiencia en el HTPC**

Alessandra Simões de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Este relato de experiência descreve uma ação formativa em Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) voltada à sensibilização docente sobre adaptações pedagógicas na inclusão escolar. A metodologia consistiu em uma dinâmica com música em inglês apresentada em três etapas, alternando o uso de legendas para simular barreiras de aprendizagem. A atividade permitiu que os professores vivenciassem dificuldades enfrentadas pelos alunos, estimulando reflexões sobre práticas acessíveis e multiletramentos. A discussão destaca o HTPC como espaço estratégico para a formação crítica e colaborativa. Conclui-se que estratégias intencionais promovem a equidade e fortalecem o papel do professor como mediador de uma escola inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Formação docente; HTPC.

**Abstract:** This experience report describes a formative action during Collective Pedagogical Work Time (HTPC) aimed at raising teacher awareness about pedagogical adaptations in school inclusion. The methodology consisted of an activity using English-language music presented in three stages, varying the use of subtitles to simulate learning barriers. The activity allowed teachers to experience the difficulties faced by students, stimulating reflections on accessible practices and multiliteracies. The discussion highlights HTPC as a strategic space for critical and collaborative training. It is concluded that intentional strategies promote equity and strengthen the teacher's role as a mediator in an inclusive school.

**Keywords:** School inclusion; Teacher training; HTPC.

**Resumen:** El relato de experiencia describe una acción formativa en el Horario de Trabajo Pedagógico Colectivo (HTPC) orientada a la sensibilización docente sobre las adaptaciones pedagógicas en la inclusión escolar. La metodología consistió en una dinámica con música en inglés presentada en tres etapas, alternando el uso de subtítulos para simular barreras de aprendizaje. La actividad permitió que los docentes vivenciaran las dificultades enfrentadas por los alumnos, estimulando reflexiones sobre prácticas accesibles y multialfabetismos. La discusión destaca el HTPC como un espacio estratégico para la formación crítica y colaborativa. Se concluye que las estrategias intencionales promueven la equidad y fortalecen el papel del docente como mediador de una escuela inclusiva.

**Palabras clave:** Inclusión escolar; Formación del profesorado; HTPC.

## **Introdução**

A construção de uma escola inclusiva demanda não apenas legislações e políticas públicas, mas também práticas pedagógicas comprometidas em garantir a aprendizagem de todos os estudantes. É necessário compreender a inclusão para além da simples inserção física do aluno em sala de aula, envolvendo a criação de condições que assegurem sua permanência,

---

<sup>1</sup> Universidade de Taubaté

participação e aprendizagem significativa. Essa afirmação reforça que a inclusão escolar exige transformação estrutural da escola e não pode ser entendida como mera adaptação do estudante ao espaço escolar.

No Brasil, o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) tem se consolidado como espaço relevante de formação docente, pois possibilita momentos de estudo, planejamento e reflexão coletiva. Conforme destacam Araujo, Almeida e Alves (2022, p. 183), “o HTPC constitui um espaço significativo para o aperfeiçoamento docente, uma vez que os encontros formativos podem promover, dentre outros aspectos, a troca de experiências por meio de ações reflexivas e cooperativas”. Quando utilizado de forma criativa, o HTPC pode sensibilizar e instrumentalizar os professores para a importância de práticas inclusivas, favorecendo a construção de estratégias que respondam à diversidade dos estudantes.

Neste relato de experiência, apresenta-se uma ação desenvolvida em um momento de HTPC, na qual foi utilizada a escuta de uma música em inglês organizada em três etapas: sem legenda, com legenda no idioma original e, por fim, com legenda em português. A atividade teve como objetivo evidenciar como pequenas adaptações podem ampliar o acesso ao conhecimento e promover reflexões sobre inclusão e multiletramentos.

O objetivo deste estudo é relatar e analisar essa experiência formativa, articulando-a com aportes teóricos sobre inclusão escolar, formação docente e multiletramentos. Pretende-se demonstrar como a vivência contribuiu para a sensibilização e instrumentalização dos professores e para a valorização do HTPC enquanto espaço de construção coletiva de práticas inclusivas.

## **Metodologia**

O estudo caracteriza-se como um relato de experiência com fundamentação teórica, pois descreve e analisa uma prática pedagógica desenvolvida em um HTPC. A atividade ocorreu em uma escola municipal de Ensino Fundamental, no primeiro semestre de 2024, durante encontro formativo organizado pela coordenação pedagógica e destinado aos professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A dinâmica consistiu na exibição de uma música em inglês em três etapas: sem legenda, com legenda no idioma original e, por fim, com legenda em português, como estratégia para sensibilizar os docentes sobre as barreiras enfrentadas por alunos com dificuldades de aprendizagem ou deficiência.

Optou-se por essa técnica por sua simplicidade, acessibilidade e potencial de provocar reflexão imediata, já que possibilitou aos professores vivenciarem simbolicamente a exclusão e compreenderem a importância de recursos pedagógicos adaptados. A escolha do método favoreceu não apenas a análise das práticas inclusivas, mas também a interação com outras áreas do conhecimento, como a linguagem, a música e os estudos sobre multiletramentos, ampliando o olhar sobre a inclusão. Além disso, proporcionou aos participantes a oportunidade de dialogar sobre suas próprias vivências escolares, ressignificando práticas e fortalecendo o papel do HTPC como espaço de formação crítica e colaborativa.

### **Inclusão escolar e adaptações pedagógicas**

A efetivação da inclusão escolar exige que as adaptações pedagógicas deixem de ser um esforço individual e passem a ser um compromisso coletivo. Essa união de propósitos é fundamental para transformar a escola em um ambiente de equidade, conforme destaca Mantoan (2003, p. 9):

Estamos todos no mesmo barco e temos de assumir o comando e escolher a rota que mais diretamente nos pode levar ao que pretendemos. Essa escolha não é solitária e só vai valer se somarmos nossas forças às de outros colegas, pais, educadores em geral, que estão cientes de que as soluções coletivas são as mais acertadas e eficientes.

Esse posicionamento evidencia a necessidade de ações coletivas e colaborativas para efetivar a inclusão, ressaltando o papel de professores, gestores e famílias nesse processo.

A educação inclusiva é reconhecida internacionalmente como um direito humano e uma condição para a promoção da equidade. De acordo com a UNESCO (2009, p. 11), “a inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa”. Ao considerar a inclusão como direito humano, a UNESCO amplia a responsabilidade da escola, que deve assumir papel ativo na construção de uma sociedade justa e democrática.

Ao refletir sobre essa afirmação, percebe-se que a inclusão não pode ser reduzida a estratégias pontuais, mas deve estruturar a prática pedagógica como princípio ético e político.

A experiência no HTPC, ainda que simples, mostrou como a mediação docente pode materializar esse direito no cotidiano escolar.

Em nosso país, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) consolidou esse compromisso ao estabelecer que todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ter assegurados o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola regular. O documento orienta que as práticas pedagógicas eliminem barreiras, ampliando a participação e promovendo a aprendizagem significativa.

Nesse marco legal, destaca-se também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), que afirma, em seu artigo 58, que a educação especial deve integrar a proposta pedagógica da escola regular e ser oferecida preferencialmente na rede comum de ensino. Essa diretriz reforça que a inclusão não é opcional, mas parte constitutiva da educação básica brasileira.

De forma complementar, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI - Lei nº 13.146 (Brasil, 2015) estabelece que é dever da escola adotar práticas pedagógicas acessíveis, disponibilizando recursos e serviços que assegurem condições de aprendizagem adequadas aos estudantes com deficiência. A LBI reforça que a recusa de adaptações razoáveis configura discriminação, reafirmando o caráter jurídico e ético das práticas inclusivas.

Segundo Mantoan (2003, p. 9), “é a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela”. A autora enfatiza que a exclusão escolar pode se manifestar de formas sutis, como a ausência de estratégias acessíveis, e ressalta que a inclusão requer inovação e reestruturação das práticas. Nesse sentido, as adaptações pedagógicas não devem ser vistas como concessões, mas como instrumentos que possibilitam a todos o direito de aprender. Conforme destacam Glat e Pletsch (2011), a inclusão escolar exige que a escola repense continuamente suas práticas, reconhecendo que a presença de alunos com necessidades educacionais especiais demanda não apenas recursos materiais, mas sobretudo mudanças pedagógicas e atitudinais que favoreçam a participação plena. Essa afirmação reforça que a inclusão escolar exige transformação estrutural da escola e não pode ser entendida como mera adaptação do estudante ao espaço escolar.

### **Formação docente e espaços coletivos**

A eficácia das ações realizadas em momentos de formação coletiva, como o HTPC, depende diretamente de uma gestão que promova a horizontalidade e o diálogo entre os pares. Quando o espaço escolar se consolida como um ambiente de troca e reflexão conjunta, a

cultura colaborativa transborda da administração para a sala de aula, qualificando o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Falsarella (2013, p. 196):

Entende-se que o exercício de trabalhar coletivamente ajuda a equipe gestora a aprimorar suas habilidades de ouvir, discutir e decidir conjuntamente, o que poderá servir de referência para as práticas pedagógicas que os professores desenvolvem junto aos alunos. Dar opiniões, argumentar, explicar e relatar organiza o pensamento e é instrumento para melhor reflexão.

Essa perspectiva dialoga diretamente com o HTPC, uma vez que esse espaço tem como finalidade promover escuta, diálogo e colaboração, elementos fundamentais para a formação docente.

A formação continuada é essencial para que os professores desenvolvam competências necessárias à atuação em contextos inclusivos. Para Tardif (2014), os saberes docentes são construídos na interação entre teoria e prática, sendo a reflexão crítica elemento fundamental para a profissionalização. Nessa direção, Imbernón (2010) ressalta que a formação continuada deve ser entendida como processo dinâmico e contextualizado, vinculado às necessidades reais da escola e à prática docente cotidiana. Assim, o HTPC, por se desenvolver no espaço da própria escola, constitui-se como *locus* privilegiado para integrar teoria e prática, promovendo reflexão crítica e transformação das ações pedagógicas.

O HTPC, nesse cenário, constitui-se como espaço estratégico de formação em serviço. Como destacam Araujo, Almeida e Alves (2022, p. 183), “o HTPC constitui um espaço significativo para o aperfeiçoamento docente, uma vez que os encontros formativos podem promover, dentre outros aspectos, a troca de experiências por meio de ações reflexivas e cooperativas”. Para os autores, sua relevância reside no fato de que os professores podem ressignificar a prática no coletivo, articulando suas experiências às demandas concretas da escola.

Assim, a formação realizada no interior da escola permite que os docentes se percebam como protagonistas da construção de práticas inclusivas, reconhecendo o HTPC não apenas como reunião administrativa, mas como espaço de desenvolvimento profissional.

### **Multiletramentos e recursos multimodais**

As mudanças sociais e culturais exigem que a escola amplie suas práticas de ensino, incorporando múltiplas linguagens. Nesse sentido, estudos sobre multiletramentos evidenciam

que a aprendizagem não se restringe ao texto escrito, mas envolve recursos visuais, sonoros, digitais e gestuais (Rojo, 2012).

Segundo Kleiman (1995, p. 19), “o termo letramento é usado para se referir não apenas à aquisição individual da leitura e da escrita, mas às práticas sociais de leitura e escrita que se desenvolvem em contextos sociais específicos, para finalidades também específicas”. Assim, ao propor atividades que considerem diferentes linguagens e contextos sociais, o professor amplia as oportunidades de participação e de construção de sentidos, favorecendo a inclusão.

Essa definição amplia o conceito tradicional de alfabetização, ao destacar que ler e escrever só fazem sentido quando situados em práticas sociais. No contexto da experiência relatada, tal concepção ajuda a compreender que atividades como a música com legendas não apenas exercitam habilidades linguísticas, mas inserem os docentes em práticas reais de atribuição de sentido.

Ainda conforme a autora, “as práticas de leitura e escrita são determinadas pelas relações sociais em que se inserem, refletindo valores, ideologias e interesses de grupos sociais” (Kleiman, 1995, p. 20). Esse apontamento evidencia que toda prática de letramento é social e cultural, exigindo do professor uma postura ativa para promover inclusão por meio de diferentes recursos pedagógicos.

Esse apontamento é fundamental para pensar a escola inclusiva, pois reforça que todo trabalho com leitura e escrita carrega uma dimensão social e cultural. Dessa forma, as adaptações pedagógicas não devem ser vistas como meras simplificações, mas como oportunidades de ampliar os sentidos e incluir diferentes sujeitos no processo de aprendizagem.

A experiência analisada neste artigo, ao utilizar música e legendas em diferentes idiomas, aproxima-se dessa perspectiva, pois explora múltiplos modos de significação. Nesse processo, o professor atua como mediador, criando condições para que os alunos ampliem sua compreensão, em consonância com a teoria sociointeracionista de Vygotsky (1999), que enfatiza o papel dos instrumentos culturais e da mediação na aprendizagem. Oliveira (2005) acrescenta que, ao analisar as contribuições de Vygotsky, é possível compreender que o aprendizado não se limita ao domínio de conteúdos, mas constitui-se como experiência compartilhada que amplia as formas de participação social.

## Relato da experiência

A experiência ocorreu em um HTPC realizado em uma escola municipal de Ensino Fundamental de um município do Vale do Paraíba Paulista, com a participação de professores dos anos iniciais e finais, da professora especialista e da coordenadora pedagógica. O objetivo da atividade foi sensibilizar os docentes quanto à importância das adaptações pedagógicas para a construção de uma escola inclusiva.

Cheguei à escola no final do ano letivo de 2023, por meio de concurso interno do sistema público, onde anteriormente atuava como professora alfabetizadora. A unidade havia iniciado o ano sem profissional responsável pela Coordenação, razão pela qual fui designada para assumir a função, inicialmente junto ao Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano). No início do ano seguinte, já no momento do planejamento, emergiram, em diálogo com as professoras especialistas, relatos de significativa resistência por parte de alguns docentes em relação às adaptações e flexibilizações necessárias aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Algumas professoras afirmaram não saber como elaborar tais propostas; outras declararam que não haviam sido formadas para isso; e um pequeno grupo permaneceu em silêncio, revelando certo distanciamento em relação ao tema.

Diante desse cenário, estruturou-se uma formação continuada no período de HTPC, realizada entre uma segunda-feira e uma terça-feira, totalizando quatro horas semanais. Participaram aproximadamente trinta e cinco professores, que lecionavam desde o 1º ao 9º ano, contemplando todos os componentes curriculares previstos na BNCC. A postura adotada pela coordenadora pedagógica, nesse primeiro momento, foi de sensibilizar o grupo, convidando-os a refletir sobre o estudante que necessitava das adaptações: “*se fosse nosso filho, sobrinho ou familiar, estaríamos satisfeitos com o que está sendo ofertado?*”. Essa abordagem afetiva favoreceu a abertura para o diálogo.

A dinâmica principal da formação consistiu na exibição de uma música em inglês em três etapas: inicialmente, sem legenda; depois, com legenda no idioma original; e, por fim, com legenda traduzida para o português. Na primeira exibição, os professores relataram frustração e dificuldade em compreender a letra. Na segunda, identificaram apenas trechos isolados. Somente na terceira exibição foi possível compreender integralmente o conteúdo. A vivência evidenciou, de forma simbólica, as barreiras enfrentadas pelos estudantes que não recebem apoio pedagógico adequado.

Após a reflexão coletiva, os professores reconheceram que recursos aparentemente simples, como uma legenda, podem transformar completamente a experiência de aprendizagem. A professora especialista, então, apresentou slides com as legislações que asseguram o direito às adaptações curriculares, enfatizando que tais práticas não são concessões, mas garantias respaldadas na Constituição Federal, na LDB - Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), na Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146 (Brasil, 2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Em seguida, exibiu um vídeo com exemplos práticos de adaptações possíveis no cotidiano escolar.

Além disso, como contribuição concreta à continuidade da prática, a professora especialista organizou uma pasta, disponibilizada em local de fácil acesso a todos os professores, contendo sugestões de atividades prontas, que poderiam ser adaptadas de acordo com as necessidades dos estudantes atendidos. Esse material foi muito bem recebido pelo grupo, pois ofereceu modelos acessíveis para orientar o planejamento de atividades inclusivas.

Os efeitos da formação foram perceptíveis já nas semanas seguintes. Um professor de História procurou a coordenadora pedagógica para solicitar apoio na elaboração de atividades adaptadas, reconhecendo que não se sentia seguro para fazê-lo sozinho. A partir dessa demanda, iniciaram-se encontros formativos pontuais entre a coordenação e o docente, nos quais, considerando o conteúdo e as necessidades específicas dos alunos, foram criados modelos de jogos, cruzadinhas, caça-palavras e outras estratégias de apoio. Gradualmente, outros professores também passaram a buscar orientação e a demonstrar maior atenção à inclusão de seus estudantes.

Além dessas mudanças iniciais, observaram-se também efeitos práticos no cotidiano da escola. Antes da formação, a entrega da documentação bimestral de planejamento e do nível de realização dos alunos era um desafio recorrente, exigindo diversas cobranças por parte da coordenação e, em alguns casos, resultando em ausência total de preenchimento. Após a formação, a maioria dos docentes passou a realizar e entregar essa documentação dentro do prazo estabelecido, demonstrando maior compromisso com o acompanhamento pedagógico dos estudantes.

Outro aspecto relevante diz respeito a um aluno com baixa visão, que anteriormente recebia poucas adaptações pedagógicas e frequentemente era alvo de julgamentos equivocados sobre sua “preguiça” para concluir atividades. A formação contribuiu para ressignificar esse olhar: a maior parte dos professores passou a elaborar propostas acessíveis para esse estudante, compreendendo que suas dificuldades eram decorrentes de barreiras

pedagógicas, e não de falta de interesse. Essa mudança de perspectiva representou avanço significativo na construção de uma cultura escolar inclusiva.

Embora a formação tenha ocorrido ao longo de um período específico de HTPC, seus efeitos se estenderam para além daquele momento. Houve acompanhamento posterior junto aos professores, e observou-se mudança de postura de parte do corpo docente no que se refere à importância das adaptações pedagógicas e ao compromisso com o desenvolvimento de todos os alunos.

### **Análise e discussão: adaptações pedagógicas e inclusão escolar no HTPC**

A experiência realizada no HTPC possibilitou aos professores vivenciar, de forma simbólica, os desafios enfrentados por alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. A atividade demonstrou que a inclusão escolar pode se concretizar em pequenas adaptações pedagógicas intencionais, capazes de favorecer a compreensão e a participação de todos. Essa constatação dialoga com Mantoan (2003, p. 41), ao afirmar que “ensinar a turma toda reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem um tecido colorido de conhecimento”.

Do ponto de vista dos multiletramentos, a utilização de recursos sonoros e visuais ampliou a compreensão da atividade, em consonância com a perspectiva de que o letramento é constituído por práticas sociais situadas em contextos específicos (Kleiman, 1995). A diversidade de modos de significação explorados reforça a necessidade de práticas pedagógicas que integrem diferentes linguagens, aproximando-se do conceito de multiletramentos discutido por Rojo (2012).

A experiência também se relaciona à teoria sociointeracionista de Vygotsky (1999), que destaca o papel da mediação e dos instrumentos culturais na aprendizagem. Nesse caso, as legendas funcionaram como recursos mediadores que possibilitaram aos professores ampliar a compreensão da mensagem da música, vivenciando o impacto que a acessibilidade tem no processo de construção do conhecimento.

No que se refere à formação docente, a prática confirmou a relevância do HTPC como espaço privilegiado de reflexão crítica e colaborativa. Como afirmam Araujo, Almeida e Alves (2022, p. 184), “o processo formativo centrado na escola possibilita a interação entre os sujeitos e promove práticas colaborativas”. Esse caráter colaborativo foi evidenciado no

diálogo coletivo que se seguiu à atividade, no qual os professores compartilharam percepções e discutiram estratégias possíveis para tornar suas práticas pedagógicas mais inclusivas.

Entre as estratégias mencionadas pelos docentes, destacaram-se: a simplificação e reorganização visual das atividades escritas; a utilização de jogos pedagógicos para trabalhar conteúdos curriculares; a oferta de pistas visuais e textuais que auxiliassem na compreensão das tarefas; o uso de legendas, imagens e vídeos como recursos de apoio; a flexibilização do tempo destinado à realização das atividades; e a reestruturação das explicações orais, com linguagem mais clara e pausas planejadas. Alguns professores também sugeriram a criação de modelos de atividades adaptadas, como cruzadinhas, caça-palavras e fichas com comandos reduzidos, além do acompanhamento mais próximo dos estudantes durante as etapas de resolução, fortalecendo a mediação. Essas propostas mostraram que, a partir da reflexão coletiva, os docentes foram capazes de identificar caminhos concretos e acessíveis para promover práticas efetivamente inclusivas no cotidiano escolar.

### **Considerações finais**

A experiência relatada evidenciou que a inclusão escolar pode ser promovida por meio de estratégias pedagógicas simples, mas intencionalmente planejadas. O uso da música com legendas em diferentes idiomas demonstrou que ajustes acessíveis são capazes de ampliar a compreensão e favorecer o engajamento dos alunos.

A mudança observada no cumprimento da documentação bimestral, bem como o maior cuidado na elaboração de adaptações para o estudante com baixa visão ou com deficiência intelectual, por exemplo, evidencia que a formação não apenas sensibilizou o grupo, mas provocou deslocamentos práticos e atitudinais. Conforme Tardif (2014), o desenvolvimento profissional docente ocorre quando a reflexão coletiva se traduz em ações concretas, reorganizando saberes e práticas. Nesse sentido, os resultados observados mostram que o HTPC funcionou como espaço efetivo de reconstrução das práticas, contribuindo para superar discursos responsabilizadores do aluno e fortalecer a compreensão de que a inclusão depende de condições pedagógicas adequadas.

O HTPC revelou-se um espaço formativo potente, possibilitando que os professores resignificassem suas práticas ao experimentar simbolicamente as barreiras de aprendizagem. A reflexão coletiva reforçou a importância de a escola assumir a inclusão como compromisso ético e pedagógico, em consonância com os princípios da Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e do relatório da UNESCO (2009). Como defendem Glat e Pletsch (2011), a consolidação de uma escola inclusiva requer não apenas dispositivos legais, mas também transformações pedagógicas e culturais que garantam a participação de todos.

Além disso, a formação continuada em espaços coletivos, como o HTPC, mostrou-se essencial para sensibilizar e instrumentalizar os professores quanto às práticas inclusivas. Essa combinação entre reflexão crítica e oferta de recursos concretos fortalece a consciência inclusiva no corpo docente e amplia sua capacidade de intervir de maneira intencional em sala de aula. Nesse aspecto, as contribuições de Imbernón (2010) reforçam que a formação docente deve estar vinculada às necessidades reais da escola e à prática cotidiana, para que se configure como um processo transformador.

Por fim, destaca-se que a inclusão escolar só se concretiza plenamente quando compreendida como processo social e histórico. Oliveira (2005), ao dialogar com Vygotsky, lembra que o desenvolvimento humano se dá na interação mediada pela cultura e pela coletividade. Assim, práticas pedagógicas inclusivas ampliam não apenas o acesso ao conhecimento, mas também as formas de participação e pertencimento dos sujeitos no espaço escolar.

Portanto, as atividades formativas realizadas no HTPC contribuem para consolidar uma escola mais justa, democrática e acessível, fortalecendo o compromisso da educação com a equidade e a cidadania.

## Referências

ARAUJO, F. P.; ALMEIDA, M. F.; ALVES, R. L. O horário de trabalho pedagógico coletivo: sentidos atribuídos por professores de uma escola pública. **Educação em Revista**, v. 23, n. 1, p. 173-188, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, 7 jul. 2015.

FALSARELLA, A. M. Formação continuada de professores e elaboração do projeto pedagógico da escola. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 191-207, 2013. DOI: 10.21723/riaee.v8i1.6483. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6483>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GLAT, R; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2005.

ROJO, R. **Escola e multiletramentos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. **Tornar a educação inclusiva**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183210\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183210_por). Acesso em: 21 jan. 2026.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

#### **Sobre a autora**

**Alessandra Simões de Souza:** Possui graduação plena em Pedagogia, especialização *lato sensu* em Gestão Escolar e Educação Inclusiva. Atua como Professora coordenadora pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no sistema público de ensino do município de Taubaté. É mestranda no Mestrado Profissional em Educação, na linha de Formação Docente e Desenvolvimento Profissional, com estudos voltados às práticas pedagógicas e ao desenvolvimento da leitura nos anos iniciais.

*E-mail:* [alessandrasimoesdesouza@gmail.com](mailto:alessandrasimoesdesouza@gmail.com)

Recebido em: 27 de agosto de 2025

Aprovado em: 12 de janeiro de 2026